



**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
PREVIDENCIAL DESENVOLVIDA PELA FACEB PARA
MIGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD PARA O
PLANO CEBPREV-CD OU PARA UM NOVO PLANO FACEB-
SALDADO**

Fortaleza-CE, 17 de setembro de 2019

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



Sumário

COMENTÁRIOS PRELIMINARES	3
DOCUMENTOS ANALISADOS.....	4
CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS A SER SALDADO.....	8
BASE DE DADOS CADASTRAIS.....	11
HIPÓTESES ATUARIAIS	13
ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL PROPOSTA PELA FACEB	18
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	22

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



COMENTÁRIOS PRELIMINARES

1. O presente relatório contém as análises empreendidas pela Vesting Consultoria sobre a estratégia previdencial da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, para equacionamento do déficit atuarial do plano de benefício definido que administra para os empregados da CEB, com vistas a subsidiar a Diretoria da empresa acerca da viabilidade e melhor aplicabilidade da referida estratégia.
2. A estratégia, contida em estudo elaborado pela consultoria Mercer-Gama, foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), através da Carta nº 077/2018-PRESI/FACEB, datada de 13 de dezembro de 2018, sendo o processo aprovado pela Diretoria e Conselho Deliberativo da FACEB, entidade que administra o plano de benefícios sob análise, e objeto de análise atuarial contratada pela Associação dos Aposentados e Pensionistas da CEB (ASAPEC).
3. A estratégia previdencial elaborada pela FACEB faz parte de um conjunto de ações empreendido por aquela entidade com vistas a mitigar os riscos relacionados com o atual plano de benefício definido (Plano BD), o qual apresenta atualmente uma situação deficitária de R\$ 452.600.846,56 na posição de 30/06/2019, conforme registrado no balancete do referido plano de benefícios. Além desse déficit atuarial acumulado, existem provisões matemáticas a constituir no montante de R\$ 59.317.764,54 que estão sendo objeto de planos de amortização com contribuições extraordinárias pagas pela CEB, participantes e assistidos. Considerando-se os montantes acima, conclui-se que as insuficiências do plano de benefícios montam a R\$ 511.918.611,10.
4. Em junho de 2019, o Plano BD contava com um patrimônio de cobertura do plano de R\$ 1.309.881.069,61 e provisões matemáticas de R\$ 1.762.481.886,17, considerando-se como dedução, nesse último montante, a provisão matemática a constituir (déficits em processo de equacionamento).
5. Conforme revela a análise do processo encaminhado à PREVIC, a estratégia previdencial adotada consiste no saldamento do Plano BD e na migração facultativa para um plano saldado e na filiação, também facultativa, ao atual plano de contribuição definida denominado CEBPREV, também administrado pela FACEB.
6. O presente estudo compreendeu a análise da documentação produzida no processo de construção da estratégia previdencial, a qual foi encaminhada à PREVIC para análise e deliberação, bem como de outros documentos julgados necessários ao entendimento da construção da referida estratégia.
7. Objetivou-se, mais especificamente, analisar, sob a ótica atuarial, a viabilidade da estratégia proposta e sua aplicabilidade às necessidades e objetivos estratégicos da CEB

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



em relação à proteção previdencial de seus empregados e dos aposentados e pensionistas vinculados ao plano BD.

8. Analisou-se, portanto, os aspectos atuariais e a aderência normativa da estratégia proposta, buscando identificar se ela corresponde à melhor alternativa para a CEB, participantes e assistidos, primando-se pela continuidade e sustentabilidade do plano de benefícios aliada à capacidade financeira dos contribuintes, de forma a se perseverar nos objetivos previdenciais que nortearam a criação do plano de benefícios sob análise.

DOCUMENTOS ANALISADOS

9. Nossa requisição de informações para a CEB compreendeu a seguinte lista de documentos e informações:

- a. Estudos de saldamento do plano BD elaborados pela FACEB e pela ASAPEC;
- b. Cadastro dos participantes e assistidos utilizados na elaboração do estudo de saldamento do plano BD elaborado pela FACEB;
- c. Estudos de hipóteses utilizados no estudo de saldamento do plano BD, inclusive o estudo da taxa de juros, elaborado pela FACEB;
- d. Documento do plano de custeio elaborado para o plano BD saldado e para o novo plano CD;
- e. Balancete do plano BD em 31/12/2018 e o mais recente;
- f. Demonstrações atuariais (DA) do plano BD relativas ao exercício de 2018 e as Demonstrações Atuariais (DA) de saldamento, se houver;
- g. Regulamento do plano BD;
- h. Regulamento do novo plano saldado; e
- i. Regulamento do novo plano CD.

10. Em atendimento à nossa solicitação, a CEB encaminhou os seguintes documentos:

- a. Relatório técnico atuarial elaborado pela empresa WEDAN Consultoria e Assessoria Atuarial para a ASAPEC;

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



b. Processo PREVIC nº 013/2018, contendo:

- i. Ficha de encaminhamento padrão;
- ii. Carta nº 077/2018-PRESI/FACEB, de 13 de dezembro de 2018;
- iii. Quadro comparativo das alterações no regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (CNPB nº 1993.0004-29);
- iv. Regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (CNPB nº 1993.0004-29);
- v. Nota técnica atuarial/Glossário do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (CNPB nº 1993.0004-29) com base na proposta de alteração do regulamento a ser submetida à PREVIC, elaborada pela empresa Mercer/Gama;
- vi. Quadro comparativo das alterações no regulamento do Plano de Benefícios CEBPREV (CNPB nº 2006.0068-11);
- vii. Regulamento do Plano de Benefícios CEBPREV (CNPB nº 2006.0068-11);
- viii. Nota técnica atuarial/Glossário do Plano de Benefícios CEBPREV (CNPB nº 2006.0068-11) com base na proposta de alteração do regulamento a ser submetida à PREVIC, elaborada pela empresa Mercer/Gama;
- ix. Regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais FACEB-SALDADO;
- x. Nota técnica atuarial/Glossário do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais FACEB-SALDADO com base na proposta de alteração do regulamento a ser submetida à PREVIC, elaborada pela empresa Mercer/Gama;
- xi. Convênio de adesão firmado entre a FACEB e a CEB (Holding) em relação ao Plano FACEB-SALDADO, datado de 12 de dezembro de 2018;
- xii. Convênio de adesão firmado entre a FACEB e a CEB Distribuição S.A. em relação ao Plano FACEB-SALDADO, datado de 12 de dezembro de 2018;

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



- xiii. Termo de adesão firmado entre a FACEB, na condição de administradora, e concomitantemente, na de patrocinadora, datado de 12 de dezembro de 2018;
- xiv. Relatório de operação elaborado pela Mercer/Gama, de dezembro de 2018, sobre a estratégia previdencial a ser adotada;
- xv. Documento elaborado pela Mercer/Gama sobre os direitos adquiridos e acumulados e riscos envolvidos na implantação da estratégia previdencial;
- xvi. Termo de migração;
- xvii. Manifestação jurídica elaborada pela FACEB em 17 de dezembro de 2018;
- xviii. Lista de processos judiciais em andamento contra o Plano BD;
- xix. Declaração da FACEB sobre as contingências judiciais do Plano BD;
- xx. Carta 076/2018-PRESI-FACEB, de 13 de dezembro de 2018, declarando que foram comunicados aos participantes e assistidos a síntese das alterações regulamentares propostas e a síntese do processo de migração voluntária;
- xxi. Carta 075/2018-PRESI-FACEB, de 13 de dezembro de 2018, declarando que foram comunicados às patrocinadoras a síntese das alterações regulamentares propostas e a síntese do processo de migração voluntária;
- xxii. Ata da 183ª Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Único da CEB Distribuição S.A., datada de 11 de dezembro de 2018, a qual deliberou sobre a ratificação da Resolução de Diretoria nº 091/2018 da CEB Distribuição S.A., a qual aprovou as estratégias previdenciais para criação de plano saldado e migração entre planos de benefícios da FACEB;
- xxiii. Resolução de diretoria nº 10, de 30 de julho de 2018, da CEB Lajeado S/A;
- xxiv. Resolução de diretoria nº 015, de 30 de julho de 2018, da CEB Participações S.A.;
- xxv. Resolução de diretoria nº 018, de 19 de julho de 2018, da CEB Geração S/A;

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



- xxvi. Ata da 65ª reunião extraordinária da Diretoria Executiva da FACEB, de 15 de junho de 2018;
 - xxvii. Resolução de diretoria nº 191, de 11 de julho de 2018, da CEB Distribuição S.A.;
 - xxviii. Ofício SEI-GDF nº 23/2018 – SEPLAG/GAB/UAG, de 19 de novembro de 2018;
 - xxix. Ofício SEI-GDF nº 2243/2018 – SEPLAG/GAB/UAG, de 19 de novembro de 2018;
 - xxx. Ata da 286ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da FACEB, realizada em 6 de novembro de 2018;
 - xxxi. Ata da 175ª assembleia geral extraordinária do acionista único da CEB Distribuição S.A., realizada em 23 de julho de 2018;
 - xxxii. 96ª assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia Energética de Brasília-CEB, realizada em 20 de janeiro de 2018;
 - xxxiii. 145ª ata da reunião ordinária do Conselho de Administração da CEB Lajeado S/A, realizada em 21 de fevereiro de 2018;
 - xxxiv. Resolução de Diretoria nº 034, de 8 de maio de 2017, da CEB Distribuição S/A;
 - xxxv. Ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília-CEB, realizada em 3 de maio de 2017;
 - xxxvi. Resolução de diretoria nº 031, de 3 de maio de 2017, da CEB Participações S/A;
 - xxxvii. Resolução de diretoria nº 032, de 3 de maio de 2017, da CEB Geração S/A;
 - xxxviii. Resolução de diretoria nº 029, de 28 de abril de 2017, da CEB Distribuição S/A; e
 - xxxix. Ata da 121ª reunião ordinária do Conselho de Administração da CEB Lajeado S/A, realizada em 18 de fevereiro de 2016.
- c. Base de dados de participantes e assistidos do Plano BD posicionada em setembro de 2018;

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



- d. Base de dados de participantes e assistidos do Plano CEBPREV posicionada em setembro de 2018;
- e. Testes de hipóteses 2018 elaborados pela empresa Mercer/Gama;
- f. Nota técnica GEINV-2018/020, sobre a análise dos resultados dos testes de aderência das hipóteses atuariais de 2018;
- g. Balancetes do Plano BD de outubro e dezembro de 2018 e junho de 2019;
- h. Balancetes do Plano CEBPREV de outubro e dezembro de 2018 e junho de 2019;
- i. Demonstrações Atuariais (DA) do Plano BD referente ao exercício de 2018;
- j. Carta-Circular nº 005/2019-PRESI/FACEB, de 14 de maio de 2019 e anexos; e
- k. Parecer PREVIC nº 123/2019/CTR/CGTR/DILIC, de 19 de março de 2019;

11. Tendo em vista o objetivo principal do presente relatório, qual seja o de emitir nossa opinião sobre a estratégia previdencial desenvolvida pela FACEB, iremos nos fundamentar no documento elaborado pela Mercer/Gama em maio de 2019, que consta como anexo do Carta-circular nº 005/2019-PRESI/FACEB, de 14 de maio de 2019. Os demais documentos também foram analisados como forma de subsidiar nossa interpretação sobre a viabilidade e aplicabilidade da alternativa apresentada pela referida entidade.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS A SER SALDADO

12. Consta sobejamente documentado no processo que a estratégia previdencial trata do equacionamento do plano denominado BD, constituído na modalidade de benefício definido, nos termos da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 16, de 22 de novembro de 2005.

13. As Demonstrações Atuariais (DA) do exercício de 2018 trazem a seguinte configuração do plano de benefícios:

TABELA Nº 01 – CARACTERÍSTICAS DO PLANO BD

Característica	Valor
CNPB	1993.0004-29

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br

Característica	Valor
Modalidade	Benefício definido (BD), conforme o art.
Legislação aplicável	LC 108/109
Situação	Ativo/em extinção
Duration do passivo	148 meses
Quantidade de grupos de custeio	1
Patrocinadoras	Companhia Energética de Brasília; FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB; e CEB Distribuição S.A.

14. A modelagem técnica do referido plano de benefícios está apresentada na tabela seguinte.

TABELA Nº 02 – MODELAGEM TÉCNICA DO PLANO BD

Benefício	Regime Financeiro	Método de Custeio
Auxílio-funeral	Capitalização	Agregado
Pecúlio por morte	Capitalização	Agregado
Suplementação de abono anual	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria especial	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria por idade	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposent. por invalidez	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposente. por tempo de serviço	Capitalização	Agregado
Suplementação de auxílio-doença	Capitalização	Agregado
Suplementação de auxílio-reclusão	Capitalização	Agregado
Suplementação de pensão	Capitalização	Agregado

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



15. Cumpre registrar que os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na estratégia previdencial de saldamento do plano BD¹ estão registrados de forma diferente para os benefícios de auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-reclusão, conforme a tabela abaixo.

TABELA Nº 03 – MODELAGEM TÉCNICA DO PLANO BD – ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL DE SALDAMENTO

Benefício	Regime Financeiro	Método de Custeio
Auxílio-funeral	Repartição Simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Capitalização	Agregado
Suplementação de abono anual	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria especial	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria por idade	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposent. por invalidez	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposente. por tempo de serviço	Capitalização	Agregado
Suplementação de auxílio-doença	Repartição Simples	Não aplicável
Suplementação de auxílio-reclusão	Repartição Simples	Não aplicável
Suplementação de pensão	Capitalização	Agregado

16. Evidentemente, a divergência entre as informações das DA e do relatório da Mercer/Gama se deve a algum equívoco no preenchimento das DA, pois além de não haver registro de provisão matemática nas DA para esses benefícios, o que descaracteriza o regime financeiro de capitalização, existem comentários na página 13 do relatório da Mercer/Gama informando que foram mantidos os mesmos regimes financeiros e métodos de custeio utilizados na avaliação atuarial.

17. Portanto, em uma primeira análise técnica sobre a estrutura do modelo atuarial utilizado no estudo das estratégias previdenciais, somos de opinião que os regimes

¹ Relatório da Operação elaborado pela empresa Mercer/Gama, página 13.
 Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
 Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
 (085) 3244-3078/3224-7224
 vesting@vesting.com.br



financeiros e métodos de custeio atuarial estão em conformidade com a legislação em vigor e se apresentam adequados a estudos dessa natureza e às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios.

18. Os benefícios de aposentadoria e pensão são pagos de forma vitalício e atualizados pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), conforme estabelecido no respectivo regulamento do plano.

BASE DE DADOS CADASTRAIS

19. Segundo o relatório da Mercer/Gama denominado Relatório da Operação, a base cadastral utilizada para a elaboração da avaliação atuarial de saldamento do plano BD está posicionada em outubro de 2018, sendo composta da forma abaixo.

TABELA Nº 04 – ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS – PLANO BD

Descrição	Ativos	Autopatrocinados	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	345	158	1.152	362
Idade média (anos)	51,0	55,9	67,5	65,5
Salário/benefício médio mensal (R\$)	12.529,57	12.859,73	6.521,32	1.905,54

TABELA Nº 05 – ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS – PLANO CEBPREV

Descrição	Ativos	Autopatrocinados	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	848	9	2	1
Idade média (anos)	42,7	42,6	54,0	37,0
Salário/benefício médio mensal (R\$)	5.463,38	9.383,11	3.129,98	286,54



**TABELA Nº 06 – ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS – PARTICIPANTES
COMUNS A AMBOS OS PLANOS**

Descrição	Plano CEBPREV Ativos	Plano CEBPREV Ativos	Plano CEBPREV Ativos	Total Plano BD
Plano BD – Ativos	271	-	-	271
Plano BD – Autopatrocinados	10	-	-	10
Plano BD – Aposentados	4	1	1	6
Total Plano CEBPREV	285	1	1	287

20. Calculamos as estatísticas com os dados cadastrais encaminhados pela FACEB, na posição de outubro de 2018, e verificamos que as estatísticas apresentadas no relatório da Mercer/Gama representam fidedignamente os dados dos participantes e assistidos na posição de outubro de 2018.

21. Tem-se, no Plano BD, uma população visivelmente mais envelhecida do que a população do plano CEBPREV, a qual é constituída por empregados mais jovens que foram admitidos na CEB em período mais recente. É importante que a estratégia previdencial desenhada para o plano de benefício definido seja aderente ao perfil mais envelhecido desse grupo, considerando que o plano já apresenta certa maturidade, com uma proporção de assistidos bem maior do que a de ativos, os quais, por seu turno, encontram-se não muito distantes de ingressar na fase inativa.

22. A estratégia previdencial de migração para o CEBPREV ou outro plano que venha a ser constituído na modalidade de contribuição definida pressupõe a existência de um tempo razoável até a aposentadoria para a constituição de reservas financeiras que suportem a concessão de benefício vitalício em níveis satisfatórios para o participante. O que se observa nas estatísticas acima é um grupo de participantes ativos maduro, com relativa proximidade da aposentadoria e, por consequência, com um breve período para capitalizar suas reservas financeiras, o que pode ser tornar um dificultador para a implantação de uma estratégia de migração para um plano de contribuição definida.

23. Procedemos testes de consistência na base cadastral e consideramos que a mesma está apta para o uso em análises atuariais da natureza do estudo desenvolvido para as estratégias previdenciais.



HIPÓTESES ATUARIAIS

24. A tabela seguinte contém as descrições das hipóteses utilizadas no estudo atuarial da estratégia previdencial elaborado pela Mercer/Gama.

TABELA Nº 07 – HIPÓTESES ATUARIAIS E PARÂMETROS UTILIZADOS NO ESTUDO DA ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL

Hipótese/parâmetro	Valor
Base de dados	Levantamento cadastral individual na data da avaliação
Taxa de juros técnicos	5,00% a.a.
Fator de capacidade	0,9814
Índice de atualização dos benefícios	INPC
Mortalidade geral	AT-2000 M&F (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss
Entrada em invalidez	TASA-1927
Rotatividade	Experiência Gama-FACEB 2010-2014
Hipótese familiar	Família real

25. Segundo registro no relatório operacional, páginas 10 e 11, as hipóteses utilizadas no cálculo das provisões matemáticas de migração são as mesmas da avaliação atuarial do exercício imediatamente anterior ao do estudo atuarial, bem como se deverá adotar idêntico procedimento na data efetiva de implementação da estratégia previdencial.

26. Procedemos à verificação das hipóteses registradas nas Demonstrações Atuariais (DA) e confirmamos que as mesmas hipóteses foram utilizadas no estudo da Mercer/Gama.

27. Com relação à qualidade e adequação das hipóteses atuariais, a FACEB nos encaminhou para análise o relatório intitulado Testes de Hipóteses 2018, elaborado pela Mercer/Gama, empresa responsável pela consultoria atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, vigente à época em que foram elaborados os aludidos testes de hipóteses.

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



28. A análise dos testes de hipóteses nos permitiu concluir que os mesmos foram elaborados em conformidade com a legislação aplicável e com base em dados fornecidos pela FACEB nos termos preconizados pela referida instrução do órgão fiscalizador.

29. Em termos formais, o estudo apresenta a estrutura técnica exigida pela legislação, tendo sido elaborado com base em dados que atendem aos períodos estabelecidos nas normas em vigor, respeitando-se, inclusive, a liturgia formal de encaminhamento das informações, com os atestados do AETQ e ARPB.

30. Estão comentadas em mais detalhes as hipóteses mais significativas do modelo atuarial, quais sejam, as tábuas biométricas e a taxa de juros e, ao final desta seção, conta uma tabela com as hipóteses utilizadas e comentários adicionais.

31. Os testes tiveram como resultado as seguintes recomendações em relação às hipóteses biométricas:

TABELA Nº 08 – HIPÓTESES BIOMÉTRICAS RECOMENDADAS NO ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DE HIPÓTESES DA MERCER/GAMA

Hipótese	Valor
Mortalidade geral	AT-2000 M&F
Mortalidade de inválidos	Winklevoss
Entrada em invalidez	TASA-1927

32. Segundo apresentado no anexo I do relatório de testes de hipóteses, a tábua AT-2000 M&F apresentou a melhor classificação dentre as tábuas testadas, tendo sido aplicados os testes Komolgorov-Smirnov, Qui-quadrado e viés de tendência.

33. Com relação à mortalidade de inválidos, a tábua Winklevoss obteve a melhor colocação dentre as tábuas testadas, tendo ocorrido o mesmo comportamento em relação à entrada em invalidez, onde foi selecionada como melhor tábua a TASA-1927.

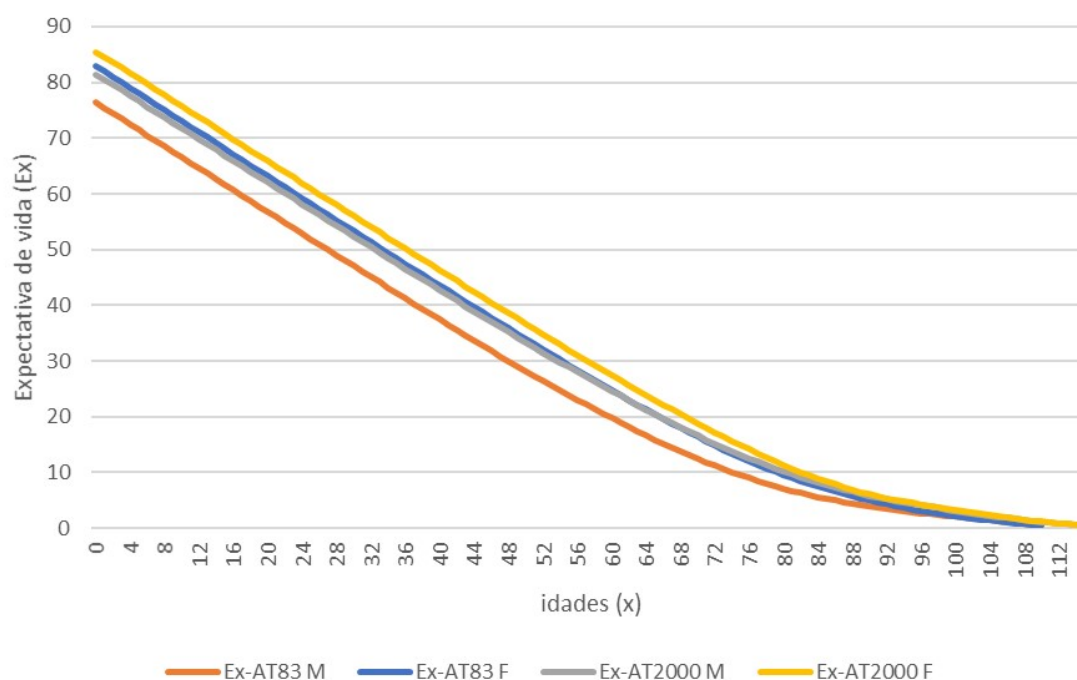
34. A Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, estabelece, em seu anexo, que a tábua biométrica utilizada para a projeção da longevidade dos participantes e assistidos será sempre aquela mais adequada à respectiva massa, não se admitindo, exceto para a condição de inválidos, tábua que gere expectativas de vida completa inferiores às resultante da aplicação da tábua AT-83.

35. O próximo gráfico traz uma comparação entre as expectativas de vida das tábuas AT-83 basic masculina e feminina com as expectativas de vida das tábuas AT-2000 masculina e feminina suavizadas em 10%.

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br

36. Observa-se que, ao compararmos as expectativas de vida relativas a cada gênero específico, os valores resultantes da tábua AT-2000 são superiores aos valores da tábua AT-83.

GRÁFICO Nº 01 – COMPARATIVO DAS EXPECTATIVAS DE VIDA DAS TÁBUAS AT-83 E AT-2000



37. Diante do exposto, observa-se que a tábua de mortalidade geral recomendada para uso nas avaliações atuariais do plano BD, bem como no estudo da estratégia previdencial atende aos requisitos legais, além de ter sido aquela melhor classificada de acordo com os critérios utilizados no referidos testes.

38. Na definição das reservas de migração adotou-se a suavização da tábua AT-2000 M&F em 10%, reduzindo-se suas taxas de mortalidade e ampliando-se a expectativa de sobrevida dos participantes e assistidos. Procedendo-se dessa forma assume-se uma postura prudencial em relação às obrigações atuariais do plano, em especial para os casos em que a migração ocorra para o plano salgado, pois este plano continuará com os riscos atuariais inerentes a planos de benefício definido.

39. No tocante à taxa de juros atuarial, o relatório operacional da Mercer/Gama destaca que essa hipótese foi definida com base em estudo de cash flow matching, o qual se encontra anexo ao citado relatório e teve como resultado uma taxa de juros de 5,44%a.a..



40. Ainda segundo o referido relatório, a redução para a taxa de 5,00%a.a. representa um aumento na confiabilidade de que as rentabilidades futuras estarão em patamares próximos da taxa utilizada para precificação do passivo atuarial. Essa redução ampliou a confiabilidade da hipótese para 76,10%².

41. A metodologia utilizada consistiu no cálculo da taxa interna de retorno do fluxo estimado de receitas e despesas do plano previdencial e da evolução de seu patrimônio considerando-se as projeções de rentabilidade informadas pela FACEB com base em estudo elaborado pela empresa Aditus, especializada em projeções dessa natureza.

42. Analisamos os referidos estudos e consideramos que as projeções estão aderentes com o nível de rentabilidades observado nas aplicações do segmento de previdência complementar fechada e que a metodologia utilizada é usual em análises dessa espécie.

43. O conjunto completo das hipóteses atuariais utilizados na avaliação da estratégia previdencial está apresentado a seguir.

TABELA Nº 09 – HIPÓTESES BIOMÉTRICAS RECOMENDADAS NO ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DE HIPÓTESES DA MERCER/GAMA

Hipótese	Valor	Comentário
Taxa de juros	5,00%a.a.	Os estudos de adequação indicaram uma taxa de 5,44%a.a., mas optou-se por uma taxa que permitisse maior nível de confiabilidade, sendo que a taxa de 5,00%a.a. possui, intrinsecamente, um nível de confiabilidade de 76,10%a.a., o que torna o seu uso mais prudente.
Fator de capacidade	0,9814	Utilizou-se uma taxa de inflação projetada de 3,91%a.a., estando compatível com o nível de inflação projetado para os próximos anos. Pesquisa realizada no site do Bacen revela as seguintes taxas anuais estimadas para o INPC: 2019: 3,67%; 2020: 3,81%; 2021: 3,56%; 2022: 3,53%; e 2023: 3,53%.
Mortalidade geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%	Indicada como tábua mais aderente no estudo de adequação, sendo que a sua aplicação gera mais

² Relatório Mercer/Gama, mai/19, página 12.

Hipótese	Valor	Comentário
		aderência aos eventos de mortalidade geral da população analisada e mais segurança na definição do passivo atuarial.
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Indicada como tábua mais aderente no estudo de adequação, sendo que a sua aplicação gera mais aderência aos eventos de mortalidade de inválidos da população analisada e mais segurança na definição do passivo atuarial.
Entrada em invalidez	TASA-1927	Indicada como tábua mais aderente no estudo de adequação, sendo que a sua aplicação gera mais aderência aos eventos de entrada em invalidez da população analisada e mais segurança na definição do passivo atuarial.
Rotatividade	Experiência Gama-FACEB 2010-2014	Tábua construída a partir da experiência da própria entidade, complementada com a experiência da consultoria atuarial.
Hipótese familiar	Família real	Foram utilizados os dados reais dos dependentes, o que gera uma alta aderência das provisões de pensão à composição familiar de cada participante e assistido.

44. Consideramos que as hipóteses atuariais utilizadas no estudo da estratégia previdencial foram definidas conforme estabelece a legislação em vigor, observando-se os procedimentos definidos na Instrução nº 23/2015 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), estando, em nossa opinião, adequadas à massa de participantes do plano de benefício definido da FACEB.



REGIMES FINANCEIROS

45. Segundo o relatório da Mercer/Gama, os seguintes regimes financeiros foram usados na modelagem atuarial da estratégia previdencial.

TABELA Nº 10 – REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS NA MODELAGEM ATUARIAL DA ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL

Benefício	Regime Financeiro	Método de Custeio
Auxílio-funeral	Repartição Simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Capitalização	Agregado
Suplementação de abono anual	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria especial	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposentadoria por idade	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposent. por invalidez	Capitalização	Agregado
Suplementação de aposente. por tempo de serviço	Capitalização	Agregado
Suplementação de auxílio-doença	Repartição Simples	Não aplicável
Suplementação de auxílio-reclusão	Repartição Simples	Não aplicável
Suplementação de pensão	Capitalização	Agregado

46. Os regimes financeiros utilizados e os métodos atuariais, quando aplicáveis, estão em conformidade com a legislação em vigor e atendem aos requisitos de solvência necessários às avaliações atuariais dessa natureza.

ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL PROPOSTA PELA FACEB

47. As estratégias previdenciais desenvolvidas pela FACEB contemplam o cálculo do direito acumulado de cada participante e assistido até o momento da implantação do processo de saldamento, sendo esse direito equivalente à reserva matemática individual, calculada conforme exposto na nota técnica atuarial.

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



48. Analisamos as notas técnicas atuariais de cada plano e, em nosso entendimento, elas refletem adequadamente os direitos acumulados dos participantes e assistidos e contemplam os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução PREVIC nº 27, de 4 de abril de 2016.

49. Segundo consta no relatório da Mercer/Gama, as reservas matemáticas individuais são ajustadas pela parcela de excesso ou de insuficiência atribuível a cada participante e assistido do Plano BD, sendo essa atribuição feita de forma proporcional, conforme prevê a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, garantindo-se, como mínimo, o valor de resgate, nos termos estabelecidos no regulamento do plano.

50. Evidentemente, caberá às patrocinadoras a parte proporcional do excesso ou insuficiência registrada no plano na data efetiva de implantação da estratégia previdencial.

51. Após calculadas as reservas matemáticas individuais, cada participante e assistido poderá optar pela permanência no plano de origem (BD) ou a migração para o plano FACEB-SALDADO ou para o CEBPREV. Além dessas opções de migração, a FACEB, conforme a Carta-Circular nº 005/2019-PRESI/FACEB, de 14/05/2019, informa que incorporou à estratégia previdencial a sugestão que consta do estudo da empresa WEDAN de migração parcial da reserva matemática na proporção de 50% para cada plano (FACEB-SALDADO e CEBPREV).

52. O quadro abaixo resume as opções do participante na implementação da estratégia previdencial.

TABELA Nº 11 – REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS NA MODELAGEM ATUARIAL DA ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL

Estratégia	Impactos na situação do participante/assistido	Riscos Futuros para a patrocinadora
Permanecer no plano BD	Manutenção das regras atuais de benefícios e do plano de custeio	Os riscos atuariais continuam a existir, bem como o potencial surgimento de déficits atuariais e a necessidade de revisão do custeio e implementação de planos de amortização. Mantém-se, também, a necessidade de provisionamento dos benefícios de pós-emprego.
Migrar para o plano FACEB-SALDADO	Há garantia da portabilidade do direito acumulado (reserva matemática individual ou valor de resgate) para o novo plano,	Os riscos atuariais continuam a existir, bem como o potencial surgimento de déficits atuariais e a necessidade de revisão do

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br

Estratégia	Impactos na situação do participante/assistido	Riscos Futuros para a patrocinadora
	ajustado pela parcela do déficit atuarial que couber a cada participante e assistido. Cessação das contribuições normais para o plano saldado, podendo, no futuro, haver contribuições extraordinárias, em caso de déficits atuariais.	custeio e implementação de planos de amortização. Mantém-se, também, a necessidade de provisionamento dos benefícios de pós-emprego.
Migrar para o plano CEBPREV	Há garantia da portabilidade do direito acumulado (reserva matemática individual ou valor de resgate) para o novo plano, ajustado pela parcela do déficit atuarial que couber a cada participante e assistido. Transformação do direito portado em saldo de contas, com possibilidade de aporte de novas contribuições para os saldos de conta dos participantes ativos e melhoria dos benefícios a serem concedidos no plano CD.	Por se tratar de um plano de contribuição definida, não há riscos de déficits atuariais, bem como não é necessário a constituição de provisão de benefício pós-emprego.

53. O relatório da Mercer/Gama apresenta os resultados da avaliação atuarial do plano BD, tendo apurado uma provisão matemática total de R\$ 1.555.725.767,44, a qual analisamos e, com base nas hipóteses atuariais e na nota técnica do referido plano, recalculamos com vistas a identificar a qualidade do número apresentado e obtivemos um desvio inferior a 1%, o que nos permite concluir que os números apresentados foram calculados em conformidade com as especificações técnico-atuariais do plano.

54. Adicionalmente, são apresentados no referido relatório os resultados da avaliação atuarial especial do plano BD, considerando-se as regras de saldamento aplicadas à totalidade dos participantes e assistidos do plano, de forma a serem calculadas as reservas individuais de migração, nos termos da nota técnica atuarial. O resultado apresentou uma reserva matemática total de R\$ 1.767.653.400,88, a qual foi analisamos e também obtivemos como resultado um desvio inferior a 1% dessas provisões, o que nos permite concluir pela validação dos números apresentados.

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



55. O resultado atuarial da avaliação de saldamento, extraído do relatório da Mercer/Gama, está apresentado a seguir, sendo constituído por um déficit atuarial no montante de R\$ 470.673.756,01, resultado da diferença entre o patrimônio de cobertura do plano (R\$ 1.296.979.644,87) e as provisões matemáticas totais (R\$ 1.767.653.400,88).

TABELA Nº 12 – RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE SALDAMENTO DO PLANO BD

Grupo	Proporção	Rateio da insuficiência atuarial (R\$)
Patrocinadora	36,161140%	(170.200.994,37)
Participantes	63,838860%	(63.670.581,58)
Assistidos		(236.802.180,06)
Total	100,000000%	(470.673.756,01)

56. Ainda segundo o referido relatório, a proporção do rateio da insuficiência atuarial foi feita com base nas contribuições normais recolhidas por patrocinadores, participantes e assistidos, no período de 2012 a 2018, que correspondem aos anos em que o plano apresentou déficit atuarial.

57. O art. 14, da Resolução CNPC nº 30/2018, estabelece a seguinte regra de cálculo da proporção contributiva:

Art. 14 Para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, **observada a proporção contributiva das contribuições normais** vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições **vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado**, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefício administrado pela EFPC.

58. Assim, em nosso entendimento, o rateio do déficit atuarial seguiu a determinação legal, tendo sido corretamente identificados os montantes de cada grupo (participantes e assistidos, de um lado, e patrocinadoras, de outro).

59. Quanto ao rateio entre os participantes ativos e os assistidos, o parágrafo 1º do mencionado artigo trata da forma em que deve ser procedido.



§1º A destinação da reserva especial aos participantes e assistidos ou o **equacionamento do resultado deficitário** pelos participantes e assistidos, relativamente ao montante que lhes couber na divisão de que trata o caput, deverá se dar considerando a reserva matemática individual ou o benefício efetivo ou projetado atribuído a cada um deles ou a cada um desses grupos.

60. Nesse ponto, de acordo com as informações apresentadas, concluímos que o rateio intragrupo de participantes e assistidos seguiu a determinação da norma aplicável.

61. Conforme registrado no relatório que detalha a estratégia previdencial, a insuficiência a cargo dos participantes e assistidos será deduzida do valor da reserva matemática individual no momento da migração para o plano saldado ou para o plano CD, ou para ambos, conforme opção manifesta do participante ou assistido.

62. A parte que cabe à patrocinadora, determinada de forma proporcional aos participantes e assistidos que optarem pela migração, deverá ser objeto de contratos de dívidas com cláusula de reajuste financeiro, a ser celebrado com a FACEB, **sem a inserção** de revisão anual do saldo devedor em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais futuras. A parcela da patrocinadora relativa aos participantes e assistidos que permanecerem no plano BD será equacionada nos termos da legislação aplicável.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

63. A análise dos documentos que compõem o processo de estratégia previdencial para o equacionamento do déficit do Plano BD nos permitiu avaliar que os resultados apresentados refletem a modelagem atuarial que consta da nota técnica atuarial e do regulamento do mencionado plano de benefícios.

64. Também constatamos que foram aplicadas as hipóteses atuariais mencionadas no documento intitulado Relatório da Operação, elaborado em maio de 2018 pela empresa Mercer/Gama.

65. Portanto, somos de opinião que os resultados apresentados refletem a situação atuarial do plano BD, tanto em sua versão oficial de 31/10/2018 quanto na versão da avaliação especial considerando o cálculo das reservas de migração.

66. As alternativas que compõem a estratégia previdencial, a serem implementadas por opção de cada participante ou assistido, preservam o direito acumulado individual e asseguram a participação proporcional no rateio do déficit atuarial do plano, nos termos determinados pela legislação em vigor (Resolução CNPC nº 30/2018).

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



67. Essas alternativas são aquelas usualmente aplicadas em estratégias previdenciais de equacionamento de planos de benefício definido, abrangendo a avaliação dos direitos individuais acumulados e a transferência, total ou parcial, para planos saldados ou de contribuição definida ou, ainda, de contribuição variável.

68. A estratégia previdencial proposta nos parece adequada, sendo, em nossa opinião, a melhor alternativa possível para o equacionamento do plano de benefício definido.

69. O trabalho para o qual fomos contratados previa a elaboração de dois cenários alternativos, os quais deveriam contemplar a avaliação dos resultados atuariais com o uso da tábua de mortalidade geral e da taxa de juros vigentes antes da aprovação das recomendações do relatório de adequação das hipóteses atuariais de 2018.

70. Entretanto, conforme comentamos em resposta a um dos quesitos que foram apresentados como produto complementar a este relatório, a recomendação e aprovação das hipóteses ocorreu na forma prevista pela legislação aplicável, e, dessa forma, os resultados da avaliação de saldamento foram obtidos com base em hipóteses oficialmente utilizadas na avaliação do plano de benefícios encaminhada à PREVIC, não sendo aplicável, em nosso entendimento, a apresentação de outros resultados senão aqueles obtidos com as referidas hipóteses.

71. Analisando-se os aspectos relacionados aos riscos atuariais da estratégia previdencial proposta, nosso entendimento é que eles continuarão a existir na alternativa em que os participantes e assistidos optem por permanecer no plano BD ou migrem para o plano salgado, pois ambos são estruturados na modalidade de benefício definido. Isso implica na continuidade de eventuais déficits atuariais que possam elevar os níveis de contribuição patronal, bem como na manutenção da provisão de benefícios pós-emprego, a qual passará a ser mantida para os dois planos (BD e salgado), na medida em que houver migrações para esse novo plano de benefícios.

72. Esses riscos serão reduzidos na medida em que os participantes e assistidos optem por migrar suas reservas individuais para o plano CEBPREV, pois este é constituído na modalidade de contribuição definida.

73. A eliminação dos riscos da CEB no patrocínio de planos previdenciais é uma diretriz importante para a sua gestão, conforme se observa na análise de posicionamento do Comitê de Governança das Empresas Estatais – CEEsT/Governança/DF, que em sua 16ª Reunião Extraordinária recomendou que “a CEB adote estudos para definir a viabilidade técnica e legal de retirar-se da condição de patrocinadora do Plano BD da FACEB, após concluída a migração dos associados aos novos planos como previsto no Plano de Estratégias Previdenciais apresentados pela FACEB”.

74. Evidentemente, apenas a retirada de patrocínio do plano BD não eliminará os riscos atuariais e suas consequências que podem ser imputadas à CEB na forma da

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



legislação aplicável, pois esses riscos continuarão a existir no plano FACEB-SALDADO. Ratificamos que, somente com a migração de todos os participantes e assistidos para o plano CEBPREV os riscos atuariais seriam eliminados.

75. Outro ponto importante a ser analisado com cautela é a transferência do patrimônio do Plano BD para os demais à medida em que forem ocorrendo as migrações, pois a depender do volume de reservas individuais a serem migradas, podem ocorrer problemas de liquidez dos ativos, bem como desenquadramentos nas aplicações dos planos em relação aos limites estabelecidos na resolução específica do Conselho Monetário Nacional e/ou na política de investimentos de cada plano de benefícios.

76. Sobre esse assunto, o relatório da Mercer/Gama traz recomendações importantes, conforme exposto abaixo.

Na Data Efetiva da migração, caberá à FACEB, ao realizar transferência da parcela do Ativo Patrimonial do PLANO BD ao PLANO FACEB-SALDADO e/ou ao PLANO CEBPREV, referente aos Participantes e Assistidos que realizarem a opção pela migração, observar as Políticas de Investimentos, de todos os Planos, de forma a não infringir os limites definidos naquele documento.

Na Data Efetiva da migração, deverão ser observadas as características do passivo contabilizado em Exigíveis Operacional e Contingencial do PLANO BD, sendo que a devida transferência, inclusive dos ativos em contrapartida, deverá ocorrer especificamente em relação às parcelas atreladas individualmente aos Participantes e Assistidos optantes pela migração. Caso existam, contabilizados nos exigíveis, obrigações que não sejam vinculadas individualmente aos Participantes e Assistidos do Plano, esses serão transferidos ao PLANO FACEB-SALDADO e/ou ao PLANO CEBPREV na proporção das reservas matemáticas dos optantes pela Migração.

A repartição dos recursos contidos no Fundo Administrativo do PLANO BD com o PLANO FACEB-SALDADO e/ou com o PLANO CEBPREV se dará de forma proporcional às Provisões Matemáticas dos Participantes e Assistidos que vierem a migrar ao PLANO BD para o PLANO FACEB-SALDADO e/ou PLANO CEBPREV.

A repartição dos recursos contidos no Fundo dos Investimentos do PLANO BD com o PLANO FACEB-SALDADO e/ou com o PLANO CEBPREV se dará de forma proporcional ao saldo devedor de empréstimos dos Participantes e Assistidos que vierem a migrar seus direitos e obrigações de seu PLANO BD para o PLANO FACEB-SALDADO e/ou PLANO CEBPREV.

77. Percebe-se o cuidado necessário para se identificar a parcela patrimonial a ser transferida entre os planos, de forma a não causar prejuízos aos participantes e assistidos dos planos envolvidos na transação.

78. Quanto à recomendação de que a parcela do déficit atuarial atribuível à patrocinadora, relativa aos migrantes, seja objeto de contrato de dívida com cláusula de

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



reajuste financeiro, **sem a inserção de revisão anual do saldo devedor em função de perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais**³, carece de esclarecimento em relação ao que dispõe a legislação em vigor (Resolução CNPC nº 30/2018), tendo em vista que é possível a inserção de cláusula contratual de revisão anual do saldo devedor, conforme transcrito abaixo.

Art. 32 Os instrumentos contratuais utilizados para amortização de insuficiências patrimoniais que cabem ao patrocinador deverão estar à disposição da Previc, juntamente com as avaliações atuariais anuais, os fluxos anuais de receitas, despesas e patrimônio de cobertura, pelo período de pagamento.

§1º Na ocorrência de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos, a parte desta que couber ao patrocinador deverá ser objeto de instrumento contratual com garantias.

§2º É facultada a inserção no instrumento contratual de cláusula sobre a revisão anual do saldo devedor em função das perdas e ganhos, observados nas avaliações atuariais anuais, nas proporções definidas no rateio da insuficiência entre participantes, assistidos e patrocinadores, conforme o caso.

79. Portanto, a patrocinadora poderá decidir pela inclusão de perdas e ganhos atuariais nos contratos de dívida, permitindo a redução dos saldos devedores em função de ganhos atuariais ou o aumento deles decorrente da incorporação de perdas.

80. Como complemento à análise dos documentos sobre a estratégia previdencial desenvolvida pela FACEB, foram encaminhados pela CEB diversos questionamentos que foram objeto de resposta em nosso parecer datado de 5 de setembro de 2019, o qual reproduzimos anexo ao presente relatório.

Fortaleza – CE, 17 de setembro de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário MIBA – 1162

³ Relatório da Operação elaborado pela Mercer/Gama em maio de 2019, pág. 20.
Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



ANEXO

Parecer com respostas aos questionamentos complementares

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



1. Este parecer contém as análises empreendidas pela Vesting Consultoria no processo de estudos sobre a estratégia previdencial da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, para equacionamento do déficit atuarial do plano de benefício definido que administra para os empregados da CEB.
2. A estratégia, contida em estudo elaborado pela consultoria Mercer-Gama está em processo de análise por esta empresa, cujos resultados serão apresentados em relatório técnico específico.
3. entretanto, foi-nos solicitada a elaboração de comentários sobre vários questionamentos elaborados pela CEB, os quais serão analisados e comentados ao longo do presente parecer e incorporados ao mencionado relatório técnico, quando de sua elaboração final.
4. Passaremos, então, à análise dos questionamentos.
5. **Questionamento 1:** O Conselho Fiscal da FACEB não aprovou a mudança da tabela de mortalidade, conforme motivação descrita em seu Parecer anexo. Dessa forma, considerando a atual conjuntura do risco eminente da extinção do plano de saúde dos aposentados/agregados, inclusive após a privatização da patrocinadora, pois ela é quem arca com o total das despesas administrativas, não seria prudente reavaliar a tabela de mortalidade?
6. A pergunta não está relacionada diretamente do objeto do trabalho contratada com a Vesting, tendo em vista que tal instrumento está adstrito ao plano de benefício definido (BD). Entretanto, pelo que podemos concluir, a preocupação da CEB está relacionada a não aprovação da tabela pelo Conselho Fiscal da Entidade, o qual, de acordo com as normas aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm a prerrogativa de emitir parecer técnico sobre as recomendações das hipóteses atuariais que serão usadas na avaliação atuarial, mas não tem prerrogativa de aprovação dessas hipóteses⁴.
7. Tendo em vista que os estudos de adequação de hipóteses foram elaborados no decorrer de 2018, podemos concluir que as normas utilizadas na sua elaboração foram aquelas vigentes no período, compostas pela Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução Previc nº 23/2015, sendo que a CGPC nº 18/2006 foi revogada pela Resolução CNPC nº 30/2018, a partir de janeiro de 2019, e a Instrução 23 foi substituída pela Instrução Previc nº 10/2018.
8. A escolha da tabela mais aderente estava determinada no item 2 do regulamento anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelecia:

⁴ Instrução Previc nº 23/2015, art. 5º, §1º, mantido pela Resolução CNPC 30/2018, art. 37, inciso III, e Instrução Previc nº 10/2018, art. 33, §1º.

A tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios será sempre aquela **mais adequada** à respectiva massa, não se admitindo, exceto para a condição de inválidos, tábua biométrica que gere expectativas de vida completa inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83.

9. Em observância a tal mandamento, os atuários elaboravam os estudos aplicando-se as normas da Instrução Previc nº 23/2015, utilizando-se de metodologias estatísticas aplicáveis a testes de aderência, e apresentavam um conjunto de tábuas consideradas aderentes, recomendando-se, conforme exigia a Resolução CGPC nº 18/2006, aquela mais aderente. É importante frisar que, com a revogação dessa resolução, extingue-se a exigência de que a tábua seja a mais aderente, pois não se encontra na Resolução CNPC nº 30/2018 ou na Instrução Previc nº 10/2018 qualquer referência a esse critério de escolha da tábua biométrica.

10. Dessa forma, conforme relatado na ata da 179ª reunião do Conselho Fiscal da FACEB, a consultoria Mercer Gama, responsável atuarial pelo plano de benefícios BD, procedeu os devidos estudos de adequação de hipóteses e recomendou a tábua mais aderente em função dos testes realizados, sendo que tal recomendação foi aprovada pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade.

11. O questionamento tenta relacionar o plano BD ao plano de saúde dos aposentados e agregados, indagando se a não iminente extinção desse plano seria motivo para reavaliar a tábua de mortalidade.

12. Segundo o exposto acima, o rito processual previsto na legislação aplicável ao caso foi seguido, ainda que tenha havido manifestação desfavorável do Conselho Fiscal em relação à recomendação dos estudos técnicos. Dessa forma e, considerando-se que a recomendação foi resultado de um estudo técnico de adequação de hipóteses, não vemos motivo para reavaliação da tábua.

13. Quanto à reavaliação em função da extinção do plano de saúde, nosso entendimento é que esse evento não tem consequências imediatas na alteração da tábua, pois, mesmo com a cessação da cobertura à assistência à saúde, os aposentados e pensionistas permanecerão vinculados ao plano BD. Os efeitos da ausência de assistência à saúde que possam agravar a mortalidade do grupo, se houverem, serão avaliados em cada estudo de adequação de hipóteses a ser realizado quando das avaliações atuariais anuais, nos prazos determinados pela legislação.

14. Portanto, em resposta ao questionamento acima, nosso entendimento é que não há motivo para a reavaliação da tábua de mortalidade em função da extinção do plano de saúde dos aposentados e agregados.

15. **Questionamento 2:** O Conselho Fiscal da FACEB não aprovou a mudança da tábua (taxa) de juros, conforme motivação descrita em seu parecer anexo. Dessa forma, considerando a possibilidade de transferência do Plano BD para o CD no processo de

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br

saldamento, além de que o plano BD já se encontra maduro (80% assistido e 20% ativos), bem como a premissa do contrato de saldamento com a patrocinadora ser flexível (taxa de juros), e ainda a FACEB possuir títulos de longo prazo aplicados à CDI + 6,5%, é viável utilizar-se da taxa de juros média esperada de 5,44% (relatório MERCER) ou invés de 5,0%, conforme atualmente?

16. As hipóteses a serem utilizadas em qualquer avaliação atuarial, seja no curso normal de operação do plano de benefícios ou em situações excepcionais, tais como migração, saldamento e outras, devem obedecer às disposições da Instrução Previc nº 23/2015, revogada pela Instrução Previc nº 10/2018, às quais, para a definição da taxa de juros, preveem a utilização de estudos técnicos elaborados por consultorias especializadas com base em projeções de cenários de mercado e na alocação dos investimentos da EFPC.

17. Conforme registrado na ata do Conselho Fiscal, mencionada no questionamento 1, a recomendação da Mercer Gama da taxa de 5,44% guarda aderência com a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos do plano BD no longo prazo, a qual foi calculada em estudo elaborado pela empresa Aditus, especializada em investimentos.

18. Ora, se o estudo da Aditus levou em consideração a alocação da carteira de investimentos do plano BD, a rentabilidade dos títulos vinculados ao CDI, bem como dos demais tipos de investimentos do plano de benefícios, foi considerada nas projeções, conduzindo à taxa real e efetiva de 5,44%. Quanto ao perfil de maturidade do plano, o estudo de convergência da taxa de juros atuarial leva em consideração os fluxos previdenciais que ocorrerão entre a data da avaliação e o momento de pagamento do último benefício e, portanto, estão alinhados com o perfil de amadurecimento do plano de benefícios, conforme se conclui do texto abaixo, extraído do §6º, do art. 6º, da Instrução Previc nº 23/2015.

§ 6º Para o cálculo da duração do ativo devem ser considerados os fluxos de remuneração e pagamento projetados, além da data esperada para realização de cada um dos ativos do plano de benefícios.

19. Portanto, nosso entendimento é que a taxa utilizada está compatível com a legislação em vigor e com a taxa de rentabilidade projetada para os investimentos patrimoniais do plano de benefícios no longo prazo, sendo viável a sua utilização nas avaliações atuariais.

20. **Questionamento 3:** Foi proposto pelo sindicato a extinção do auxílio reclusão para possibilitar a redução das provisões matemáticas. Seria uma alternativa plausível?

21. Conforme consta nas Demonstrações Atuariais (DA), referente ao exercício de 2018, o benefício de auxílio-reclusão é estruturado em regime financeiro de capitalização, embora não tenham sido registradas provisões matemáticas para esse benefício no referido demonstrativo que foi encaminhado para a presente análise. No campo destinado ao

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



parecer atuarial do grupo de custeio, entretanto, está registrado que o auxílio-funeral é estruturado em regime financeiro de repartição simples, o que justificaria a não existência de provisões matemáticas na DA e nos permitiria concluir que houve um equívoco no preenchimento da informação relativa ao regime financeiro de capitalização, sem que esse equívoco implique em quaisquer alterações na situação atuarial do plano de benefícios.

22. Na estruturação de planos de benefícios previdenciais mais modernos, é comum encontrar modelagens que contemplem apenas os benefícios de aposentadorias, reversões em pensão e pecúlio, pois esses benefícios, em geral, são os mais representativos nas coberturas previdenciais. Retirar o auxílio-funeral certamente implicará na redução do custo atuarial desse benefício, permitindo que o custeio (contribuições) que antes eram destinadas ao pagamento desse benefício agora o sejam para o financiamento dos demais benefícios.

23. Diante do exposto, seria uma alternativa plausível para ajudar no financiamento dos demais benefícios, mas certamente teria um efeito muito limitado em relação à situação deficitária do plano de benefícios, tendo em vista que esse tipo de benefício não tem uma representatividade muito significativa no total dos benefícios do plano. Se tomarmos por base o balancete do plano BD referente a junho de 2019, a despesa acumulada no exercício com esse tipo de benefício foi de R\$ 3.020,55, em um total de R\$ 60 milhões em despesas escriturados na conta Deduções.

24. **Questionamento 4:** A patrocinadora irá se responsabilizar com aproximadamente 36% no processo de saldamento do BD, no entanto, a participação da CEB em 31/12/2018 era de 28,875%, conforme relatório VESTING. Qual é a participação real da CEB no processo de saldamento?

25. A legislação utilizada na construção da estratégia previdencial da FACEB (Resolução CGPC nº 26/2008) estabelece que o déficit atuarial de planos de benefícios previdenciais deve ser equacionado de forma proporcional aos contribuintes do plano, sendo eles as patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme abaixo transcrito.

Art. 29. O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC.

26. Observa-se que o rateio do déficit deve obedecer à proporção das contribuições normais aportadas por cada fonte contributiva (patrocinadoras, participantes e assistidos) no período de apuração do déficit.

27. O relatório elaborado pela Vesting para efeito de contabilização da provisão de benefícios de pós-emprego determinada, nos termos do CPC-33 (R1), contém, a título de

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br

informação, a estimativa de quanto caberia à CEB na provisão de pós-emprego, caso fosse aplicada a regra prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Evidentemente, essa proporção se altera conforme o período que é tomado como base, o que explicaria a diferença de rateio apresentada em nosso relatório e no processo de saldamento do plano BD, pois os percentuais foram calculados em períodos diferentes.

28. **Questionamento 5:** Conforme relatório da WEDAN o ajuste de precificação, a depender das opções dos Participantes e Assistidos, poderá não ser aplicável? Essa premissa deveria ser considerada ou não no processo de saldamento?

29. Inicialmente, é importante lembrar que não existe uma norma que determine os procedimentos atuariais a serem observados em casos de saldamento de planos de benefícios, aplicando-se os mesmos procedimentos adotados em relação aos planos cuja operação transcorre normalmente.

30. A Resolução CNPC nº 30/2018, norma em vigor que regulamenta a apuração e destinação de resultados, estabelece que o déficit a ser equacionado nos planos de benefícios será ajustado em função da precificação a mercado dos títulos mantidos na curva e será deduzido pelo Limite de Déficit Acumulado (LDA), conforme segue.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Art. 30 O valor do ajuste de precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

31. Conforme frisamos, tais mandamentos se aplicam a planos de benefícios indistintamente de sua condição de estar operando normalmente ou saldado.

32. O relatório da WEDAN registra, na página 34, que, “considerando a Estratégia de Saldamento e/ou Migração, não se aplica limite mínimo de equacionamento, mas sua integralidade.”, indicando que, a depender da estratégia escolhida, não será aplicado o LDA.

33. Nosso entendimento converge para o entendimento da WEDAN, pois apesar de não estar claramente definido na legislação, é ilógico que se aplique o LDA em estratégias previdenciais que prevejam a migração de participantes e assistidos entre planos, pois, nesse caso, o vínculo do participante com o plano originário estaria quebrado e não poderia remanescer déficit atuarial de sua responsabilidade.

34. O mesmo raciocínio se aplica à retirada de patrocínio de plano, normatizada pela Resolução CGPC nº 11, de 13 de maio de 2013, que estabelece o equacionamento



integral da insuficiência atuarial do plano, ainda que este seja mantido na EFPC na condição de plano instituído por opção.

35. Portanto, caso a estratégia previdencial envolva a migração de participantes para o plano CEBPREV ou para novo plano, nosso entendimento é que não se aplicaria o LDA. No caso de saldamento do plano BD sem migração de participantes, somos de entendimento que seria aplicado o LDA.

36. **Questionamento 6:** Qual foi o montante do prejuízo financeiro causado à Patrocinadora, quando da mudança de taxa de 5,70% para 5,00%, pois era aceitável a taxa de 5,44%, conforme recomendação da Aditus Consultoria?

37. A resposta a esse questionamento está prejudicada, pois não identificamos nos estudos de adequação da taxa de juros resultados demonstrativos da sensibilidade das provisões matemáticas em função de alterações na taxa de juros.

38. **Questionamento 7:** Existe a necessidade de uma auditoria atuarial, após as Estratégias Previdenciais serem aplicadas na FACEB, para mitigar os riscos de cálculos, extinção de direitos e outros que possam vir demandar judicialmente a Patrocinadora futuramente, como prática de Governança Corporativa?

39. A elaboração de auditorias atuariais tem sido vista pelo órgão fiscalizador com parte das boas práticas de governança. Entretanto, existem custos para a elaboração desse tipo de auditoria e algumas entidades têm adotado a prática de elaborar auditorias atuariais eventuais, sempre que ocorre algum evento relevante no plano de benefícios. Pode-se avaliar, posteriormente, a contratação de uma análise atuarial independente para avaliar os resultados do processo de implantação da estratégia previdencial escolhida, principalmente para possibilitar a devida transparência do processo.

40. **Questionamento 8:** Qual o montante de recursos financeiros necessários, nesta data, sem considerar as Estratégias Previdenciais, para que seja retirada o patrocínio do Plano BD pela CEB D? Caso seja não seja possível expressar com exatidão o valor, solicito uma estimativa do montante.

41. A retirada de patrocínio é regida pela Resolução CGPC nº 11/2013, na qual se estabelecem uma série de requisitos técnicos para a avaliação atuarial de descontinuidade do plano de benefícios, inclusive parâmetros de avaliação, a preços de mercado, dos ativos patrimoniais e das hipóteses atuariais a serem usadas no cálculo do passivo.

42. Essa avaliação não é simples e rápida, e, no caso em tela, não está prevista no trabalho que ora está sendo desenvolvido.

43. Entretanto, como estimativa, pode-se inferir que a parcela que caberia à CEB numa eventual retirada de patrocínio seria a proporção das contribuições normais aplicada ao déficit atuarial do plano BD, ressaltando-se que, em caso de um processo de retirada, os

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br



ativos e passivos serão diferentes, obedecendo-se as disposições da resolução anteriormente mencionada.

44. **Questionamento 9:** O déficit pode ser explicado em dois momentos, um antes, com o relatório da NEXXIA, e o outro com a mudança da taxa de juros e a troca da tabela de mortalidade, está correto essa afirmação?

45. O déficit oficial é aquele registrado nas Demonstrações Atuariais (DA) do encerramento de 2018. De acordo com esse documento, existia um déficit de R\$ 422.974.131,17.

46. **Questionamento 10:** A Real Grandeza registrou retorno de 12,8% ante a meta de 5,7%, e ainda, a Postalís registrou retorno de 8,44%, ante uma meta de 5,43%, tudo isso em julho de 2019, vale ressaltar que essas taxas são do plano BD. Conclui-se que as metas são objetivo alvo, não podendo se contentar em apenas atingir esse patamar, como aconteceu com essas Fundações, mas superar o máximo possível, para um retorno do investimento para os participantes e assistidos. Está correta essa afirmação?

47. As metas atuariais são compostas pelos indexadores dos planos de benefícios usados para reajustes de salários e benefícios e pelas taxas de juros reais usadas pelos atuários como estimativa de rentabilidades futuras dos investimentos do plano. Essas metas não determinam o quanto os ativos irão render, mas servem de balizadores de uma rentabilidade mínima que eles precisarão gerar, pois caso os investimentos gerem rentabilidades inferiores à meta atuarial estarão contribuindo para a geração de déficit atuarial.

48. Portanto, o raciocínio desenvolvido no questionamento está correto. O objetivo dos investimentos é produzir, no longo prazo, no mínimo a meta atuarial, superando-a sempre que possível, ainda que, em determinados períodos possam ocorrer rentabilidades inferiores à meta atuarial, em virtude de desempenhos ruins das aplicações.

49. Quanto ao e-mail datado de 22/08/2019, que encaminha a carta nº 016/2019-PRESI-FACEB, de 24/06/2019, onde constam 21 quesitos formulados pelo Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal – STIU-DF, informamos que os quesitos estão respondidos no próprio documento da FACEB.



50. Sendo o que tínhamos a apresentar de considerações sobre o assunto, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários, informando que os quesitos aqui comentados serão incorporados ao relatório técnico final.

Fortaleza – CE, 5 de setembro de 2019.

Av. Santos Dumont, 1789 sala 513
Ed. Potenza – 60.160-150 – Fortaleza – CE
(085) 3244-3078/3224-7224
vesting@vesting.com.br